

Senadores já falam em rever voto secreto

Revelação de que sistema poderá sofrer novas fraudes leva a apressamento do debate

IBSEN COSTA MANSO

BRASÍLIA – Técnicos da Universidade de Campinas (Unicamp) concluíram que o programa utilizado para violar o sistema de votação do Senado na cassação do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) foi copiado em disquete e, por isso, poderia ser usado novamente. O alerta sobre a fragilidade do painel, registrado no relatório final da Unicamp sobre a fraude, foi revelado ontem e apressou a decisão dos senadores de votar o projeto de Tião Viana (PT-AC) que acaba com o voto secreto na definição de perda de mandato de parlamentares.

A informação sobre o risco de novas violações foi divulgada ontem pelo *Jornal do Brasil*. Os técnicos da Unicamp descobriram ainda que os responsáveis pela cópia da lista da votação secreta demoraram 32 horas para restabelecer o sistema. Nesse período, quando o sigilo do voto ficou desprotegido, foi votada uma proposta de emenda constitucional.

Com a revelação, a proposta de Tião Viana deverá ser debatida na terça-feira, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ironicamente, o relator será Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que teria ordenado a violação e corre risco de ter o mandato cassado. De acordo com senadores ligados a ACM, ele é favorável ao projeto. A idéia também tem apoio da maioria dos senadores, empenhados em votar a proposta na CCJ e enviá-la, ainda nesta semana, à Câmara. Se aprovada, a medida entra em vigor automaticamente.

“Não há razão ética ou moral para manter o voto secreto”, afirmou Tião Viana, que recebeu a garantia do presidente da CCJ, Bernardo Cabral (PFL-AM), de que o projeto será apressado. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) já alertou que pretende apresentar emendas ao projeto, acabando com o voto secreto em outras situações. A ampliação também é defendida também pelo primeiro-secretário da Casa, Carlos Wilson (PPS-PE): “Não há motivos pa-

ra manter o voto secreto usando o painel, pois não temos segurança no sistema.”

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) vai além, atacando o voto secreto em todas as situações. Para Dias, a decisão sobre a cassação dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e ACM, por exemplo, deveria ocorrer por votação aberta. “A decisão é da Mesa, mas a minha sugestão é evitar o painel.”

Procurado pelo **Estado**, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que todos senadores são responsáveis por omissão pelo ocorrido, que qualifica de “absurdo total”. Ele defende a

apuração de tudo que ocorreu desde a instalação do equipamento. “Temos de fazer um mea culpa do absurdo.” Para ele, “talvez fosse o caso” de retirar o painel. “Se realmente existe o segundo disquete,

tem de se apurar onde está.” Ele acredita que a Unicamp, como foi “muito precisa” na detecção da fraude, poderá descobrir se houve outras violações.

Lista – Paralelamente, o corredor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), vai requisitar todos os disquetes e computadores usados pelos técnicos do Prodasen para quebrar o sigilo na votação. “Precisamos encontrar o corpo de delito”, afirmou, em referência à lista nominal da votação.

Especialistas ouvidos pelo **Estado** afirmam que a operação apagou a lista nos computadores do sistema de votação do painel eletrônico. Dificilmente a equipe de peritos da Unicamp poderia recuperá-la. Mas a relação poderia ser encontrada no disquete extraído, mesmo que tenha sido apagada. Se-

ria também possível recuperá-la nos computadores do Prodasen, caso o conteúdo do disquete tenha sido copiado.

A divulgação da lista causaria enorme constrangimento. A revelação dos votos poderia provocar desgaste aos partidos e aos parlamentares que não votaram conforme sua orientação político-eleitoral. Caso um desses parlamentares sugerisse que teve voto modificado, seria aberto um largo caminho para a anulação da sessão e o regresso de Estevão ao Senado.

Houve pressa em anunciar oficialmente que não houve adulteração dos votos, apenas a violação do sigilo. Os peritos da Unicamp também afirmaram que não foram encontrados indícios de modificação dos votos, mas não há como descobrir se isso foi feito ou não.

Já os demais passos dos técnicos do Prodasen foram relatados nos mínimos detalhes. Apparently, os operadores jamais imaginaram que o ato viesse a público e originasse investigação tão aprofundada. Bastaria ter formatado integralmente todos os discos rígidos para que nenhuma pista relevante fosse encontrada.

Fragilidade – Nem mesmo a alteração do programa seria necessária. Até a ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges espantou-se com a fragilidade do sistema. Seria necessário apenas copiar o banco de dados para o disquete antes do encerramento da votação, quando os votos ainda estão “abertos”, seguindo concepção original do sistema.

Da forma como foi feita, restaram pistas digitais por todos os cantos. “Precisamos encontrar essa lista e divulgá-la, doa a quem doer”, disse Tuma. (**Colaboraram Renata Giraldi, Alexandre Rocha e Nelson Breve, da Agência Estado**)

TUMA QUER
RESGATAR E
DIVULGAR
A LISTA